Jurídico n.º 0283/2017-ASS.JUR-LC/PGJ, onde determino a revogação do Pregão Eletrônico nº. 017/2017-MP/PA, com base no art. 29, caput, do Decreto Federal nº 5.450/2005, e art. 30, caput, do Decreto nº 2.069/2006.
Belém, 18 de setembro de 2017.
Dulcelinda Lobato Pantoja
Procuradora-Geral de Justiça, em exercício.

Protocolo: 232057

CONTRATO

NÚM. DO CONTRATO: 103/2017-MP/PA.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.027/2017-MP/PA.

Partes Contratantes: **Ministério Público do Estado do Pará e a empresa RCN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -EPP.**

Objeto: **Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva dos móveis utilizados no serviço médico – Departamento Médico e Odontológico do MP/PA.**

Data da Assinatura: **27/09/2017.**

Vigência: **29/09/2017 a 28/03/2018.**

Valor global: **R\$ 3.940,00 (três mil, novecentos e quarenta reais).**

Dotação Orçamentária: **Atividade: 12101.03.122.1434.8331. Elemento de despesa: 3390-39. Fonte de Recurso: 0101. Foro: Belém.**

Ordenadora responsável: **Dra. Dulcelinda Lobato Pantoja – Procurada- Geral de Justiça em exercício.**

Protocolo: 232060

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
NÚMERO: 045/2017

Objeto: Aquisição de Microfilmes Originais e Filmes Cópias
Entrega do Edital: Nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mppa.mp.br.

Observação: **UASG: 925980.**

Responsável pelo certame: **Rafael Rodrigues de Souza**

Local de Abertura: **www.comprasgovernamentais.gov.br.**

Data da Abertura: **16/10/2017.**

• Hora de Abertura: **09h (NOVE) HORAS – HORÁRIO LOCAL, 10h (DEZ) HORAS – HORÁRIO BRASÍLIA**

Orçamento: Classificação: **12101.03.122.1434.8332 –**

Operacionalização das Ações Administrativas;

Elemento: **3390-30 – Material de Consumo;**

Fonte: **0101 – Recursos Ordinários.**

Ordenador Responsável: **Dulcelinda Lobato Pantoja**

Protocolo: 232059

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 6415/2017-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor FERNANDO SILVA DE CARVALHO, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.168, lotado na Divisão de Material, a importância de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 13/09/2017 a 12/11/2017, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8332

Operacionalização das ações administrativas.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 1.000,00

3390-39 O.S. Terceiros - P.Jurídica R\$ 400,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 28 de setembro de 2017.

MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES

Diretor do Departamento Financeiro

Protocolo: 232086

PORTARIA Nº 6442/2017-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor MARLON KLEBSON DE ALMEIDA ABDON, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.2521, lotado na promotoria de Justiça de Chaves, a importância de R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 22/09/2017 a 21/11/2017, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330

Desenvolvimento das atividades dos Procuradores e Promotores de Justiça

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 300,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 480,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 28 de setembro de 2017.

MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES

Diretor do Departamento Financeiro

Protocolo: 232344

PORTARIA Nº 6443/2017-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor HAMILTON SILVA DO NASCIMENTO, OFICIAL DE SERVICOS AUXILIARES, Matrícula nº 999.1527, lotado na promotoria de Justiça de Itaituba, a importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 11/09/2017 a 10/11/2017, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330

Desenvolvimento das atividades dos Procuradores e Promotores de Justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 1.600,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 1.700,00

3390-39 O.S. Terceiros - P.Jurídica R\$ 700,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 28 de setembro de 2017.

MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES

Diretor do Departamento Financeiro

Protocolo: 232348

PORTARIA Nº 6441/2017-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER à PAULO IGOR BARRA NASCIMENTO, PROMOTOR DE JUSTIÇA, Matrícula nº 999.1532, lotado na promotoria de Justiça de São Francisco do Pará, a importância de R\$ 900,00 (novecentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 26/09/2017 a 25/11/2017, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330

Desenvolvimento das atividades dos Procuradores e Promotores de Justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 250,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 650,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 28 de setembro de 2017.

MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES

Diretor do Departamento Financeiro

Protocolo: 232342

OUTRAS MATÉRIAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EXTRATO DA PORTARIA Nº 007/2017-MP/PJPI

A Promotora de Justiça de Ipixuna do Pará/PA, com fundamento no Art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, VI da Resolução nº 23 – CNMP, de 17/09/2007, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 002/2017/MP/PJPI em Inquérito Civil Público nº 002/2017-MP/PJPI, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Ipixuna do Pará, situada na Tv. Padre José de Anchieta, s/nº, Centro, CEP: 68.637-000, Ipixuna do Pará /PA, Fone: (91) 3811-2629.
Portaria nº 007/2017-MP/PJPI

Reclamados: Prefeitura Municipal de Ipixuna do Pará/PA

Assunto: Apurar casos de nepotismo no poder Executivo e Legislativo no município de Ipixuna do Pará/PA.

Monique Nathyane Coelho Queiroz – Promotora de Justiça

Protocolo: 232446

RECOMENDAÇÃO Nº. 002/2017-MP/PJP

O Ministério Público do Estado do Pará, neste ato representado pela Promotora de Justiça de Parauapebas/PA, Dra. MARIA CLÁUDIA VITORINO GADELHA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 129, incisos VI e IX da Constituição Federal, nos arts. 26 e 27, inciso IV da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 55, inciso

IV, da Lei Complementar nº. 057/2006 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Pará) e à vista do disposto nos artigos 232 e 247, ambos da Lei 8.069/90, resolve expedir a presente RECOMENDAÇÃO nos seguintes termos:

I - CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos sociais e individuais indisponíveis;

II – CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público o exercício do controle externo da atividade policial, o que compreende as polícias civil, militar, bem como a guarda municipal, conforme artigos 9º, da LC 75/93, artigo 80 da Lei 8.625/93, artigo 4º, inciso IX, da Resolução nº 20, do Conselho Nacional do Ministério Público;

IV - CONSIDERANDO que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, segundo o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), colocando-os a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão;

V – CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente define criança como a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade;

VI – CONSIDERANDO que, após mais de 25 (vinte cinco) anos de aprovação do ECA, a sociedade brasileira ainda se depara com o descumprimento de seu teor e desconhecimento de muitos quanto ao texto legal;

VII – CONSIDERANDO que o artigo 232 da Lei 8.069/90 criminaliza a conduta de quem submete criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento;

VIII – CONSIDERANDO que o artigo 247 da Lei 8.069/90 erige à categoria de infração administrativa a divulgação total ou parcial, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional;

IX – CONSIDERANDO que incorre nas penas do artigo 247 da Lei 8.069/90 quem exhibe, total ou parcialmente, fotografia de criança ou adolescentes envolvidos em ato infracional ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos que lhe sejam atribuídos, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente;

X – CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu art. 201, inciso VIII, determina que cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

Resolve RECOMENDAR:

Às autoridades policiais civis e militares, assim como todos os servidores vinculados a esses órgãos desta comarca, o seguinte:

I – abstenham-se de divulgar ou possibilitar a divulgação de qualquer imagem, fotografia, total ou parcialmente, de criança ou adolescente envolvido em ato infracional, ou qualquer ilustração que diga respeito ou se refira a atos que lhes sejam atribuídos, de forma a não permitir qualquer identificação, direta ou indiretamente, por qualquer meio de comunicação;

II – abstenham-se de divulgar total ou parcialmente, sem a autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial, relativos à criança ou adolescente a que se atribua ato infracional;

III – não exponham crianças ou adolescentes sob sua autoridade ou vigilância a vexame ou constrangimento, seja pela divulgação de imagens, fotografias ou coisas do gênero, ou ainda a facilitação do acesso a este tipo de informação.

FINALMENTE, destaca-se que a inobservância da presente Recomendação ensejará a instauração de procedimento para apuração da responsabilidade do(s) descumpridor(es) que direta ou indiretamente favorecer(em) a incidência de infração administrativa ou crime enredado na Lei 8.069/90.

Após, remeta-se cópia da presente RECOMENDAÇÃO, para conhecimento, às seguintes autoridades e órgãos:

1. Ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Pará;
 2. Ao Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral do Ministério Público;
 3. Ao Coordenador do CAO da Infância e Juventude do Ministério Público;
 4. Ao Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Parauapebas;
 5. Ao Prefeito Municipal de Parauapebas;
 6. Ao Diretor da 20ª Seccional Urbana de Parauapebas;
 7. Ao Comandante da Polícia Militar de Parauapebas;
- Parauapebas, 08 de fevereiro de 2017.
MARIA CLÁUDIA VITORINO GADELHA

5ª Promotora de Justiça Titular de Parauapebas/PA

Protocolo: 232260